

Democratização do Estado

A despeito das críticas generalizadas — e respondidas pelo ministro da Fazenda num autêntico estilo Collor — às mais recentes medidas econômicas, o presidente Itamar Franco vai se aproximando do final de seu mandato apresentando índices de popularidade invejáveis mesmo para estadistas de nações de democracia e economia sólidas. O Plano de Estabilização certamente contribuiu para isso, assim como contribuiu para a eleição do ex-ministro Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República. Não há nada nisso que lhes retire os méritos, principalmente porque o sucesso obtido até agora no combate à inflação é real e não como ocorreu no passado, obtido através de artificialismos. Se os preços voltam a apresentar uma tendência de alta em relação a um mês atrás, isto se deve a uma série de circunstâncias que não permitem supor, entretanto, uma situação fora de controle.

Ao longo dos últimos dias, o Jornal de Brasília tem abordado aspectos da política econômica que entende deveriam receber maior atenção ou uma abordagem diversa por parte das autoridades. Neste editorial deixa-se de lado estas questões para examinar uma linha de atuação do Governo decorrente diretamente da orientação do presidente Itamar Franco que provavelmente ainda não se reflete nos índices de popularidade — exceto junto àqueles segmentos mais bem-informados — mas que deverão passar à história administrativa brasileira como características de uma nova inflexão nas relações entre Estado e sociedade.

O governo Sarney passou à história como o da redemocratização do País. O anseio nacional de reconstrução institucional do Brasil era tamanho então, que não se titubeou em designar o período como “Nova República”. O fracasso das tentativas de controle do processo inflacionário e o aumento da corrupção, entre outros fatores, geraram tal frustração das expecta-

tivas que não apenas a expressão Nova República passou a ser encarada com sarcasmo, como também forneceu o caldo de cultura para a aventura Collor de Mello.

Um dos traços mais importantes do governo Itamar Franco, mas ainda pouco perceptíveis à opinião pública, é a recuperação do aparelho estatal depois de uma “reforma administrativa” caótica. É certo que essa reconstrução da máquina administrativa está longe de estar concluída, particularmente em algumas áreas. Esta será uma tarefa a ser completada pelo futuro presidente e sua equipe, mas os seus fundamentos — para os quais tem contribuído decisivamente a sociedade com sua exigência de revalorização dos preceitos éticos — estão sendo estabelecidos agora.

O elemento principal dessa nova realidade em construção é a substituição da Razão de Estado pelo interesse público como eixo e referência das ações governamentais. Por demasiado tempo, a sociedade brasileira foi forçada a suportar e a sustentar um Estado que agia conforme uma lógica própria com a Administração Pública, aparecendo como uma burocracia kafkiana e não no sentido moderno e estabilizador de gestão da esfera pública. A situação atingiu tal ponto que, em muitos casos, sequer os eventuais detentores de altos cargos tinham acesso a informações reais sobre setores do Estado e muito menos eram capazes de fazer cumprir decisões de sentido diverso do resultante da inércia. O caso da caixa-preta da Petrobrás é elucidativo a esse respeito. Pela primeira vez o Governo conhece em detalhe como funciona essa estatal e pode, assim, adotar uma verdadeira política em relação aos combustíveis. Parte dessas informações estão chegando ao conhecimento da sociedade que, só assim, poderá decidir, através de seus representantes, democraticamente sobre os destinos do País. É de se esperar que esse esforço com o objetivo de dar maior transparência ao Estado prossiga.